



5383 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT15 - Educação Especial

A ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UM MUNICÍPIO BRASILEIRO: aspectos da municipalização e suas relações entre o público e o privado.

Flávia Pedrosa de Camargo - PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UM MUNICÍPIO BRASILEIRO: aspectos da municipalização e suas relações entre o público e o privado.

Resumo:

Este trabalho propõe-se a investigar a escolarização de pessoas com deficiência na rede municipal de ensino de um município localizado no interior do país, considerando a implementação de políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência. A partir dos microdados do Censo Escolar de 2013 a 2018 e com posterior análise da quantidade de matrículas por etapa de ensino no ano de 2018 verificamos que o acesso dos alunos com deficiência apresentou crescimento, no entanto, tais alunos encontram-se retidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal fato relaciona-se, sobretudo, ao sombreamento de ações da iniciativa privada em detrimento do setor público, por meio da utilização de verbas públicas e na oferta de atendimentos voltados às pessoas com deficiência sendo realizados amplamente em instituição privada de caráter filantrópico.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 preconiza em seu artigo 211, que os entes federados organizarão os sistemas de ensino estabelecendo um regime de colaboração com uma significativa transferência de funções, decisões e recursos do plano federal para estados e municípios (no caso da educação, esse aspecto consta do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT). A Constituição de 1988 desenha assim um novo quadro de responsabilidades educacionais que alterou o arranjo federativo do Brasil quanto às relações entre o Estado e o setor privado lucrativo e não lucrativo na oferta e distribuição de educação escolar (BONAMINO, 2003).

Platt (2004) afirma que os anos de 1990 foram a chave para a arrancada da reestruturação produtiva e transformações qualitativas para alcançar competitividade internacional, e nesse sentido, o setor educacional foi estratégico para conter os focos de insatisfação do novo modelo social. Por outro lado, foi nesse período que ocorreu uma acelerada ampliação da cobertura da educação básica e da dimensão das redes de ensino estaduais e municipais propiciando o aumento expressivo da taxa de atendimento do sistema educacional (PAES DE CARVALHO; BONAMINO; KAPPEL, 2011).

O processo de municipalização é parte do projeto de reforma do Estado que busca racionalizar recursos, diminuindo seu papel no que se refere às políticas sociais (PERONI, 2003). A reforma do Estado é preconizada por meio da premissa de que é preciso reorganizar as estruturas da administração pública levando em conta a qualidade e produtividade do serviço público (BRASIL, 1995). Tal afirmação nos mostra que a redefinição do papel do Estado está baseada na descentralização, publicização [1] e terceirização, aspectos ligados a um modelo de administração gerencial.

A municipalização é o resultado da estrutura de incentivos da nova legislação sobre a decisão dos governos locais (ARRETICHE, 2002). Esse movimento "municipalizador" foi acompanhado de ações que resultaram em novas atribuições educacionais aos gestores das cidades, como: merenda, transporte escolar, reformas e manutenções de prédios e equipamentos, fornecimento para escolas estaduais e privadas, dentre outras funções. Esse processo tem levado as administrações municipais a criar novas estruturas, ou ampliar as existentes para fazer frente às suas crescentes funções, modificando e tornando mais complexos os arranjos institucionais da máquina pública (GIL ET AL., 2010, grifo dos autores).

No nível político-institucional, entre as inovações introduzidas na década de 1990 no campo da educação, temos a adoção de medidas que buscam consolidar a tendência à descentralização administrativa, financeira e pedagógica (BONAMINO, 2003). No entanto, ainda observamos uma centralização do governo federal em relação às políticas da educação no que diz respeito às suas diretrizes (a exemplo: parâmetros curriculares e avaliação das instituições). No que tange às políticas da educação especial, alertamos ainda para a interveniência das instituições privadas de caráter assistencial, que através de um processo de publicização mantém elo com o poder público. Nesse sentido, Dale e Gandin (2014) afirmam que o fortalecimento do terceiro setor constitui-se como uma resposta para o enfraquecimento da

economia como base da prosperidade nacional, além de possuir forte relação com a nova gestão pública, que tende à descentralização do Estado.

Nesse contexto, temos duas grandes convenções organizadas pelos organismos internacionais, sendo elas: a Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia em 1990 e; a Declaração de Nova Delhi em 1993. Ambas foram patrocinadas por órgãos como o Banco Mundial, UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). As convenções estabeleceram, dentre outros aspectos, a promoção de valores humanos universais, respeito à diversidade e a qualidade dos recursos humanos e satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. No campo da Educação Especial, o marco mais importante foi a Declaração de Salamanca, organizada pela UNESCO na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que ocorreu na cidade de Salamanca na Espanha em 1994. A Conferência visou informar e guiar ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não-governamentais e outras instituições quanto à implementação de políticas e práticas em Educação Especial.

No que concerne à Educação Especial, a década de 2000 e início dos anos de 2010, o governo federal lança diretrizes importantes, tais como: o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade[2] em 2003, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva[3] em 2008, o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Plano Viver sem Limite em 2011[4]. No âmbito da educação, o Plano Viver sem Limites possui os seguintes programas: Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; Transporte Escolar Acessível - Programa Caminho da Escola; Pronatec; Acessibilidade na Educação Superior - Incluir; Educação Bilíngue; BPC (Benefício de Prestação Continuada) na Escola.

Dentre os programas da Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão - SECADI, Bueno (2016) afirma que o Programa Sala de Recursos Multifuncionais foi o carro chefe da política nacional da educação especial, pois foi o programa que implementou o apoio especializado a alunos da educação especial incluídos no ensino regular da educação básica. Pletsch (2013) afirma que o Plano Viver sem Limite mantém o compromisso do Brasil com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tendo no bojo dessas diretrizes e programas, ações que começaram a ser implementadas com o objetivo de intensificar a inclusão social e educacional das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, Souza (2013) destaca as análises do Relatório Mundial sobre a Deficiência (WHO; WB, 2011) a respeito das políticas voltadas às pessoas com deficiência implementadas no Brasil. No retrato da situação das pessoas com deficiência no Brasil as preocupações emergem ligadas à pequena quantidade de alunos com deficiência no sistema educacional, sendo a maior quantidade de recursos para os anos iniciais e ensino e ausência de recursos nos anos finais; abandono da escola por alunos com deficiência devido à falta de condições de acesso ao conhecimento e o não cumprimento das leis de acessibilidade, dentre outros fatores.

Com a finalidade de verificarmos como a política da educação especial foi implementada no contexto da municipalização escolhemos uma cidade localizada no interior do estado de Mato Grosso do Sul. Tríplice fronteira oeste do Mato Grosso do Sul. O município possui histórico no campo da Educação Especial construído ao longo dos anos através de ações implementadas em consonância com as diretrizes do governo federal. Também apresenta características que auxiliam a investigação, tais como possuir uma pequena rede de ensino e apresentar isolamento geográfico em comparação a outros núcleos populacionais, o que de acordo com Kassari *et al.* (2018), pode induzir a certa "autossuficiência" de ações (grifos dos autores).

1. Relações entre o acesso e a qualidade do atendimento

Conforme os dados do Censo Escolar do ano de 2018, o município analisado possui 31.098[5] alunos matriculados na Educação Básica em suas 68 instituições de ensino. O Censo registra que 708 deles possuem algum tipo de deficiência (BRASIL, 2019). Para melhor visualização das informações referentes às instituições escolares, vejamos a tabela a seguir:

Tabela 1: Quantidade de alunos matriculados na educação básica das escolas conforme dependência administrativa em 2018.

| Dependência Administrativa | Escolas Urbanas | Número de alunos (urbanas) | Escolas Rurais | Número de alunos (rurais) |
|----------------------------|-----------------|----------------------------|----------------|---------------------------|
| Municipal | 24 | 14.754 | 11 | 1.906 |
| Estadual | 10 | 9.772 | 1 | 48 |
| Federal | 1 | 355 | - | - |
| Privada | 21 | 4.263 | - | - |
| Total | 56 | 29.144 | 12 | 1.954 |

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo Escolar 2018.

Os dados mostram que a grande maioria dos estudantes está matriculada na rede municipal de ensino, o que também justifica a escolha desta dependência administrativa, acrescentado o fato do município, de acordo com Rebelo e Kassari (2014), ser considerado exemplar na aceitação/recepção dos projetos e propostas do governo federal.

Quanto à quantidade de alunos nas diferentes etapas de ensino, a maior parte dos estudantes frequenta os anos

iniciais do Ensino Fundamental, seguido dos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, como podemos ver de maneira detalhada a seguir.

Tabela 2: Quantidade de alunos nas redes de ensino urbanas conforme a etapa de ensino e dependência administrativa em 2018.

| Dependência Administrativa | Ed. Infantil | Anos iniciais do Ens. Fund. | Anos finais do Ens. Fund. | Ensino Médio | EJA Ens. Fund. | EJA Ens. Médio | Total |
|----------------------------|--------------|-----------------------------|---------------------------|--------------|----------------|----------------|--------|
| Municipal | 2.202 | 6.018 | 3.405 | - | 1.388 | - | 13.013 |
| Estadual | - | 1.482 | 2.560 | 3.248 | 195 | 1.203 | 8.688 |
| Federal | - | - | - | 339 | - | - | 339 |
| Privada | 464 | 1.659 | 1.002 | 572 | - | - | 3.697 |
| Total | 2.666 | 9.159 | 6.967 | 4.159 | 1.583 | 1.203 | 25.737 |

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo Escolar 2018.

A maior quantidade de alunos na rede municipal também está ligada ao fato desta dependência administrativa possuir maior número de unidades escolares, tanto na zona urbana, quanto na zona rural. Nesse sentido, a rede municipal de ensino, no ano de 2018 foi a dependência administrativa que apresentou maior quantidade de alunos com deficiência, como podemos ver a seguir:

Tabela 3: Total de alunos com deficiência conforme dependência administrativa.

| Dependência administrativa | Alunos com deficiência | Alunos sem deficiência | Total |
|----------------------------|------------------------|------------------------|--------|
| Municipal | 444 | 16.216 | 16.660 |
| Estadual | 132 | 9.688 | 9.820 |
| Federal | - | 355 | 355 |
| Privada | 132 | 4.131 | 4.263 |
| Total | 708 | 30.390 | 31.098 |

Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do Censo Escolar 2018.

Entendemos que o acesso de alunos com deficiência na Educação Básica, além de estar relacionado com o avanço na universalização, tem relação também com a implementação de políticas educacionais voltadas a essa população. A quantidade de pessoas com deficiência matriculadas no âmbito do município pode estar relacionada aos resultados dessas políticas, além de refletir as iniciativas próprias da rede de ensino da localidade analisada no atendimento a essa população. A situação do município reflete a realidade de outras localidades brasileiras que apresentaram aumento das matrículas de alunos com deficiência na escola regular, mas que ainda necessitam da construção de um olhar cauteloso quanto às parcerias com instituições especializadas, conforme apontado por Barbosa e Fumes (2018) ao analisarem a realidade de Maceió/AL.

A respeito das matrículas dos alunos na instituição privada de caráter filantrópico a tabela, a seguir, apresenta a comparação da quantidade de matrículas na escola privada de caráter filantrópico e na rede municipal do município analisado no período de 2013 a 2018:

Tabela 4: Quantidade de matrículas na escola especializada de caráter filantrópico de 2013 a 2018.

| Dependência Administrativa | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Escola Especializada | 160 | 176 | 167 | 147 | 133 | 124 |
| Rede Municipal de Ensino | 275 | 374 | 564 | 404 | 406 | 444 |

Fonte: Elaboração própria com os Microdados do Censo Escolar de 2013 a 2018.

A tabela nos mostra que no período de 2013 a 2015 ocorreu a continuidade das matrículas na escola especializada e uma pequena queda de 2016 a 2018, totalizando uma diminuição de cerca de 30% nas matrículas nesta instituição no período de 2013 a 2018.

Já na rede municipal verificamos um aumento nas matrículas, com destaque para o período de 2013 a 2015 que apontou aumento de mais de 100%. No entanto, de 2015 para 2016 as matrículas apresentaram queda de cerca de 28%, apresentando um leve crescimento no ano de 2018 (9,3%). Em sua totalidade, entre os anos de 2013 e 2018, a rede municipal de ensino apresentou crescimento de 60% nas matrículas de alunos com deficiência.

A partir dos dados apresentados, podemos verificar que enquanto a escola especializada apresentou queda de aproximadamente 30% em suas matrículas no período de 2013 a 2018, a rede municipal obteve aumento na matrícula de alunos com deficiência em cerca de 60%. Tal fato pode estar atrelado às iniciativas do município em implementar as políticas do governo federal voltadas a esta população. No entanto, ao verificarmos as matrículas dos alunos com deficiência na rede municipal de acordo com a etapa de ensino, verificamos que a maior parte deles está nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 5: Matrículas de alunos com deficiência em 2018 na rede municipal de ensino

| Dependência Administrativa | Educação Infantil | Anos iniciais do Ensino Fundamental | Anos Finais do Ensino Fundamental | EJA - Anos iniciais do Ensino Fundamental | EJA - Anos finais do Ensino Fundamental |
|----------------------------|-------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|---|---|
| Municipal | 21 | 178 | 69 | 15 | 12 |

Fonte: Elaboração própria com os Microdados do Censo Escolar 2018.

A tabela 4 nos mostra que a rede municipal do município analisado obteve maior acesso de alunos com deficiência, contudo, ao verificarmos os números da tabela 5, observamos que essa população mantém-se nos anos iniciais do ensino fundamental com poucos avanços em relação à etapa de ensino posterior ofertada pela rede municipal. O que corrobora com Rebelo e Kassar (2014) que ao analisarem os dados do Censo Escolar de 2007 a 2012 de um município do interior do Mato Grosso do Sul verificaram a permanência dos alunos com deficiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em consonância, temos a atuação da instituição privada de caráter filantrópico, que mantém sua relação com o setor público por meio de parcerias para a oferta de atendimentos às pessoas com deficiência,

No próximo item apresentaremos brevemente as nuances que associam o público ao privado e podem apontar para as possíveis influências do setor privado no serviço público educacional destinado às pessoas com deficiência.

2. A rede de ensino municipal de uma cidade localizada no interior do país: aproximações com o contexto nacional da educação especial

O município analisado tem acompanhado o contexto nacional das políticas públicas da educação especial, tendo realizado a oferta de atendimento educacional especializado nos anos seguintes à Constituição de 1988, seguindo as normativas impostas no artigo 208, parágrafo III “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988) no contexto da municipalização da educação.

Importante ressaltar que em 1994, a Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC) recomenda que os municípios passem a se responsabilizar pelo atendimento educacional das pessoas com deficiência, por meio da elaboração do documento denominado “Expansão e Melhoria da Educação Especial nos Municípios Brasileiros”. Padilha (2014) aponta que a criação do documento foi influenciada pelo Plano Decenal de Educação (1993-2003) e buscava mostrar que em grande parte dos municípios brasileiros, o atendimento educacional voltado às pessoas com deficiência era precário em termos de quantidade e qualidade. Dessa forma, através do referido documento, o governo sugere aos administradores municipais a realização de parcerias junto ao MEC com o objetivo de expandir a Educação Especial.

Porém, Padilha (2014) afirma que não foram garantidas as condições necessárias para que isso acontecesse devido à ausência de metas, mecanismos de financiamento, programas de formação de recursos humanos, diretrizes para a adequação física, entre outros aspectos, existindo apenas a orientação em relação à efetivação de alianças e parcerias entre os órgãos governamentais e cumprimento das disposições legais quanto aos dispositivos orçamentários em vigor. Assim, a responsabilidade de escolarização das pessoas com deficiência nos municípios ocorre nesse contexto.

Em 2001 o Ministério da Educação lançou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica através da Resolução nº 02/2001. A resolução propõe que a educação dos alunos com deficiência ocorra na escola regular. No entanto, apesar da orientação quanto à matrícula desses alunos no sistema regular de ensino, Garcia e Michels (2011) apontam que a mudança no termo mantém a histórica lógica dual integrado/segregado, modificando sua intensidade. O documento ganhou importância ao normatizar no Brasil as premissas inclusivas presentes no debate internacional e, ao mesmo tempo, expressou o modo pelo qual a política brasileira incorporou as ideias que se firmaram hegemônicas no campo da Educação Especial. No entanto, a resolução manteve os atendimentos nas classes e escolas especiais.

No município analisado no trabalho em tela, o processo de inclusão foi respaldado nas diretrizes da Resolução nº. 02 a partir da previsão de um setor de Educação Especial para dar apoio à inclusão educacional de alunos com deficiência (LOBO, 2011). Em 2003 o Conselho Municipal de Educação (CME) publicou a Deliberação nº 74/2003, que estabeleceu a Política Municipal de Educação Especial na Educação Básica. O objetivo do referido documento era constituir e fazer funcionar um setor responsável pela Educação Especial, com recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizassem e dessem sustentação à construção da Educação Inclusiva. Importante salientar que a proposta visava o atendimento nas salas de recursos de alunos tanto da rede municipal, quanto de outras escolas ou ainda daqueles que não estivessem frequentando unidades escolares, mas necessitassem de atendimento específico (RODRIGUES, 2017).

No ano de 2004 o município oficializa o setor responsável pela educação especial através do Decreto nº 128/2004, criando a Unidade de Apoio à Inclusão de Portadores de Necessidades Especiais na Rede Municipal de Ensino com o objetivo de desenvolver a política de inclusão no sistema regular de ensino e também cria o Centro Multiprofissional de Apoio ao Desenvolvimento Infante-Juvenil (CMADIJ) para dar suporte aos alunos com deficiência matriculados nas redes municipal, estadual e particular da região (LOBO, 2011). O CMADIJ tem como objetivo principal dar sustentação à política de Educação Inclusiva e garantir a oferta dos serviços de atendimento especializado na área da saúde e apoio pedagógico aos alunos com necessidades especiais temporárias ou permanentes, conforme a Resolução SEED n.023/2007^[6], tal resolução baseia-se na Resolução CNE/CEB nº 2/2001.

O serviço oferecido pelo CMADIJ contava com a articulação entre educação, saúde e assistência social, com profissionais (neurologia pediátrica, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, odontólogo, psicólogos e pedagogos) que realizavam o trabalho de maneira permanente no centro. Tal situação possibilitava que a avaliação e o acompanhamento dos

estudantes fossem realizados pelo serviço público, uma vez que anteriormente os atendimentos eram realizados apenas pela instituição privada de caráter filantrópico (Kassar, et al, 2018).

Já no ano de 2007 é instituído o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, no entanto, a rede municipal de ensino já possuía sala de recurso multifuncional desde o ano de 2005, inaugurada no contexto de implantação do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade (Kassar et al., 2018). No contexto nacional, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, compôs o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE - 2007) e previu o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino com vistas a garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2010).

Em relação ao programa de implantação das salas de recursos multifuncionais, Pletsch (2011) afirma que diante da importância do suporte especializado oferecido para os alunos com necessidades educacionais especiais que frequentam a escola regular, deve-se frisar que a sala de recursos não pode ser considerada a solução para todos os problemas e dificuldades enfrentados pela escola. A autora ressalta a necessidade da garantia aos professores do AEE e do ensino regular de formações que proporcionem conhecimentos para atuar com as especificidades do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência. Outro ponto refere-se à importância de não confundir o atendimento especializado com reforço escolar e garantir que esses espaços não sejam reduzidos a meros espaços de acessibilidade temporária.

Em 2008, as propostas nacionais ganham ainda mais força no âmbito municipal a partir do lançamento da Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que acompanha a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (LOBO, 2011; RODRIGUES, 2017; KASSAR ET. AL., 2018). A política municipal prevê a diminuição de alunos por turma, para salas que possuem aluno com deficiência matriculado[7], salas de recursos multifuncionais, salas psicopedagógicas, intérprete de língua de sinais, transporte adaptado, dentre outras ações que englobam o atendimento específico às pessoas com deficiência.

No entanto, no ano de 2013 o CMADIJ passa por uma reestruturação. A mudança ocorrida mantém a vinculação do CMADIJ com a Secretaria Municipal de Educação e com a Secretaria Executiva de Saúde Pública, porém, no ano anterior, os profissionais da área da saúde foram retirados do centro e os serviços não foram mais oferecidos, com exceção do serviço odontológico. Os serviços educacionais, bem como os profissionais da área da educação foram mantidos (RODRIGUES, 2017). Os estudantes, que anteriormente, contavam com os serviços de saúde vinculados à educação, passaram a ser encaminhados para outros locais.

Em 2014 foi publicada a Portaria nº. 1.027 SAS/MS, que implanta os Centros Especializados de Reabilitação (CER)[8]. Esta implantação faz parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limites e iniciou seus trabalhos com a implantação de 45 novos centros em todo o Brasil. O plano realiza ações de qualificação dos serviços e compõe a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência (Portaria MS/GM nº 793, de 24 de abril de 2012) juntamente com a Rede SUS (Sistema Único de Saúde) de urgência e emergência (BRASIL, 2013).

No município evidenciado no trabalho em tela, a implantação do CER (de tipo II) ocorreu em uma instituição privada de caráter assistencial, no ano de 2015, por meio de um Termo de Contratualização da instituição privada com a prefeitura municipal. A parceria garante o repasse financeiro para viabilizar e aprimorar o atendimento ambulatorial na atenção especializada à saúde, às pessoas com deficiência física e intelectual, incluindo cuidados com pessoas ostomizadas[9]. A partir da adesão, a instituição especializada de caráter assistencial passou a receber mensalmente a importância de R\$140 mil reais, para aplicação na atenção à saúde para pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva ou estável; intermitente ou contínua, no âmbito do Sistema Único de Saúde. O repasse é realizado pelo próprio município.

Outro fator de destaque diz respeito à participação dos gestores da instituição privada de caráter filantrópico nas instâncias decisórias do poder público, a exemplo da participação no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência[10] (COMPED), que durante todas suas gestões (de 2012 a 2018) obteve representantes da instituição privada de caráter filantrópico na condição de presidência ou vice-presidência.

A situação do município corrobora com a situação da educação especial no âmbito nacional, que possui em sua construção a figura constante de instituições especializadas privadas de caráter filantrópico que se utilizam de recursos públicos para garantir seu funcionamento. Kassar et al. (2018) ressaltam que, mesmo diante da recomendação de parcerias (presente na política nacional e nos documentos dos organismos internacionais), estas se referem à complementaridade da “escolarização nas classes comuns, na formação de professores especializados ou no fornecimento de pessoal de apoio para atendimento especializado” (p. 307). A parceria estabelecida com a instituição privada de caráter filantrópico extrapola essas recomendações, uma vez que o encolhimento das ações do CMADIJ e a transferência dos atendimentos da saúde para o poder privado apontam para um protagonismo da instituição privada de caráter filantrópico no município, como porta-voz da Educação Especial (ibidem).

Dessa forma, percebemos que mesmo que as matrículas da rede municipal tenham aumentado durante os últimos anos e o acesso dos alunos com deficiência tenha diminuído na escola especializada, ocorre ainda um sombreamento em outro setor, a exemplo da saúde por meio do desmonte do CMADIJ e encaminhamento da verba pública para a iniciativa privada com a instalação do CER na escola especializada. O enfraquecimento das ações do CMADIJ realizado através da retirada dos profissionais da equipe pode contribuir para que o serviço educacional do município, voltado aos alunos com deficiência, não apresente resultados adequados em relação ao avanço dessa população nas etapas de ensino.

A permanência dos alunos com deficiência, ainda no ano de 2018 nos anos iniciais do Ensino Fundamental pode ser um demonstrativo que a política educacional voltada às pessoas com deficiência no âmbito municipal seja ainda cerceada

por instituições privadas que se utilizam de verbas públicas para realizar atendimentos. Tal fato corrobora para que a perda da qualidade no setor público, como foi possível verificar nas tabelas apresentadas que demonstram o aumento do acesso dos alunos com deficiência na rede municipal, porém, retidos em sua maioria nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, corroboramos com a afirmação de Garcia (2017) que afirma que as lutas pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, no que concerne o acesso à educação foram intensificadas e dinamizadas nos últimos anos, no entanto, tais lutas não articulam-se com lutas sociais, mas sim com forças historicamente dominantes, vinculadas ao setor privado-assistencial, sendo ele um dos mais ativos participantes na formulação das políticas públicas voltadas à essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção histórica das políticas da educação especial percebemos os avanços e retrocessos que contribuíram para a situação atual em que o acesso dos alunos com deficiência na escola regular apresentou considerável aumento, porém, ainda são mantidas dificuldades relacionadas à aprendizagem desses indivíduos, devido ao grande número de retenções. Mesmo que eles consigam ocupar os espaços do sistema educacional, outros fatores mostram-se necessários para garantir que esses sujeitos, de fato, tenham as mesmas oportunidades educacionais que as demais pessoas.

O município, ao executar integralmente os programas advindos do governo federal no que se refere à escolarização das pessoas com deficiência, obteve aumento considerável em suas matrículas, demonstrando cumprir as exigências realizadas pelo poder público quanto ao acesso desses alunos na rede regular de ensino. No entanto, mesmo com a diminuição das matrículas na escola especializada de caráter filantrópico, ainda percebemos a presença constante desta instituição tanto na oferta de serviços quanto nas instâncias decisórias dessa população no âmbito do município, o que pode contribuir para o enfraquecimento dos serviços ofertados pela rede municipal às pessoas com deficiência.

O contexto de municipalização mantém as relações entre o público e o privado, relações essas existentes em toda a história da educação especial e corroborada pelas parcerias mantidas e fortalecidas. No município analisado isso fica evidente através do desmonte de um setor responsável pelo atendimento educacional e de saúde de pessoas com deficiência e implantação de um centro especializado de reabilitação na instituição privada de caráter filantrópico. Observamos que mesmo que as matrículas demonstrem o acesso dos alunos com deficiência na rede municipal e a diminuição dessas matrículas na escola especializada, outros meios são criados para que o recurso público continue mantendo o setor privado e sombreando a oferta de atendimento desses alunos na rede municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação e Sociedade.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, Set. 2002. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02 de abril de 2019.

BARBOSA, M. O. FUMES, N. L. F. Educação Especial no município de Maceió/Alagoas: a fragilidade das políticas públicas. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 38, n. 106, p. 281-298, Dez. 2018. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622018000300281&lng=en&nrm=iso>. Acesso de 10 de abril de 2019.

BONAMINO, A.M.C. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.5 jan/jun. 2003.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (MARE)**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **CNE/CEB 4/2001, de 02 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília, MEC, 2010.

_____. SNPD. **Viver sem Limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • VIVER SEM LIMITE - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência : SDH-PR/SNPD, 2013.

_____, MEC.SEESP. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.mec.gov.br> Acesso em: 14 de março de 2017.

_____. MEC. **Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº9.394/96, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº6.253, de 13 de novembro de 2007.** Brasília, 2008.

_____. **Programa Educação Inclusiva direito à diversidade no contexto da SECADI/MEC**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Brasília, junho 2013.

BUENO, J.G.S. O atendimento educacional especializado (AEE) como programa nuclear das políticas de educação especial para inclusão escolar. **Tópicos Educacionais**, Recife, v.22, n.1, jan/jun. 2016.

DALE, R., GANDIN, L.A. Estado, globalização, justiça social e educação: reflexões contemporâneas de Roger Dale. **Currículo sem Fronteiras**, v.14, n.2, p. 5-16, maio/ago, 2014.

IBGE. **Cidades@**. 2018. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500320&idtema=16&search=mato-grosso-do-sul|corumbá|sintese-das-informacoes>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

INEP. **Censo da Educação Básica 2018**. Brasília: MEC/INEP, 2019.

GARCIA, R. M. C. Disputas conservadoras na política de educação especial na perspectiva inclusiva. *In*: GARCIA, R. M. C. (orgs). **Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017.

_____. MICHELS, M.H. A política de educação especial no Brasil (1991 – 2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED. **Revista Brasileira de Educação Especial**. vol.17, n. especial, Marília, maio – agosto, 2011.

GIL, J. (et al.). Gestão das políticas de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais em municípios paulistas. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 4, p. 15-24, 2010.

KASSAR, M.C.M. (et al). Educação especial na perspectiva da educação inclusiva em um município de Mato Grosso do Sul. **Cadernos Cedex**, v. 38, n. 106, 2018.

LOBO, J.A. **Projetos políticos pedagógicos de escolas da rede municipal de ensino de Corumbá-MS: aproximação às proposições de flexibilização/adaptações curriculares**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS Statistics**. Pero Pinheiro, Portugal. Report Number, 2011.

ONU. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2013.

_____. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Relatório Anual PNUD**, 2017.

PADILHA, C.A.T. Educação e Inclusão no Brasil (1985 – 2010). **Dissertação de Mestrado**, Unicamp, 2014.

PAES DE CARVALHO, C., BONAMINO, A., KAPPEL, D. Redes Municipais de Ensino, Planejamento e Resultados Educacionais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 19(30), 2011. Acesso em: 20 de novembro de 2018. Disponível em: <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/886>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PLATT, A. D. O Paradigma Inclusivo Das Políticas Educacionais e o Paradigma Excludente das Políticas Econômicas nos anos 90: o constructo sócio conceitual na normalidade/anormalidade (ou Adequação Social). **Tese de Doutorado**. Campinas, São Paulo: UNICAMP (Faculdade de Educação), 2004.

PLETSCH, M. D. . A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010). **Revista teias** (UERJ. Online) , v. 12, p. 39-55, 2011.

_____. A escolarização do aluno com deficiência intelectual...apesar do diagnóstico. *In*: Kassar, Mônica de Carvalho Magalhães; Meletti, Sílvia Marcia Ferreira (Org.). **Escolarização de alunos com deficiências: desafios e possibilidades**. Campinas: Mercado de letras, 2013.p. 243-269.

REBELO, A. S. KASSAR, M. C. M. Implantação de programas de educação inclusiva em um município brasileiro: garantia de

efetivação do processo ensino-aprendizagem?. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas= Education Policy Analysis Archives**, v. 22, n. 1, p. 41, 2014.

RODRIGUES, A.P.N. O uso da tecnologia educacional e da tecnologia assistiva na escolarização de estudantes com deficiência no município de Corumbá/MS. **Dissertação de Mestrado**. UFMS, Campus do Pantanal, 2017.

SOUZA, F.F. Políticas de educação inclusiva: análise das condições de desenvolvimento de alunos com deficiência na instituição escolar. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Educação, UNICAMP, 2013.

[1] A publicização consiste na transferência do setor estatal para o público não-estatal através da atuação de "organizações sociais", que são entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtém autorização para celebrar contrato de gestão com esse poder e assim ter direito à dotação orçamentária (BRASIL, 1995 grifos dos autores).

[2] O programa tem como diretriz principal: "disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos" (BRASIL, 2006 p. 1).

[3] O objetivo da referida política consistia em garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. O documento apresenta diretrizes voltadas às escolas na execução dos atendimentos voltados à educação especial em relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), acesso à educação infantil, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação superior, ingresso de estudantes surdos, avaliação pedagógica dos alunos com deficiência, além de orientar os sistemas de ensino quanto à organização do espaço, recursos pedagógicos, comunicação, valorização das diferenças de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes (BRASIL, 2008).

[4] Nesse plano, o governo ressalta o compromisso do Brasil com as prerrogativas da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2013). O documento norteador articula políticas governamentais através de ações/programas na área da educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde.

[5] As informações apresentadas nesse item foram retiradas dos microdados do Censo Escolar 2018. Para construção das tabelas e gráficos utilizamos o *software IBM Statistical Package for the Social Sciences - SPSS*, o software de análise de dados mais utilizado nas ciências sociais e humanas (MAROCO, 2011).

[6] A Resolução SEED n.023 define como alunos com necessidades educacionais especiais aqueles que possuem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares. As dificuldades podem ter ou não causa orgânica específica ou estarem vinculadas a disfunções, limitações ou deficiências. Os alunos com altas habilidades/superdotação também são considerados público alvo do referido centro.

[7] A Deliberação n. 402/2015 prevê que na sala de ensino regular em que houver inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas, o quantitativo de alunos deverá ser, no máximo: I - Pré I - quinze crianças; Pré II - dezoito crianças. II - Ensino Fundamental: a) 1ª série e 2ª série - vinte alunos; b) 3ª série a 5ª série - vinte e cinco alunos; c) 6ª série a 9ª série - trinta alunos.

[8] O CER é um ponto de atenção ambulatorial especializada em reabilitação que realiza diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva, constituindo-se em referência para a rede de atenção à saúde no território, e poderá ser organizado das seguintes formas: I - CER composto por dois serviços de reabilitação habilitados - CER II; II - CER composto por três serviços de reabilitação habilitados - CER III; e III - CER composto por quatro ou mais serviços de reabilitação habilitados - CER IV (BRASIL, 2012).

[9] Pessoas que passaram por uma intervenção cirúrgica para fazer no corpo uma abertura ou caminho alternativo de comunicação com o meio exterior, para saída de fezes ou urina, assim como auxiliar na respiração ou na alimentação. Essa abertura chama-se estoma (BRASIL, 2009).

[10] O Conselho Municipal em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência- COMPED, criado pela Lei Municipal n 2.060/2008 de 18 de junho de 2008, empossado em 31 de maio de 2012, tem por finalidade viabilizar a política de prevenção, atendimento e inclusão da pessoa com deficiência.